

Ministérios do Planejamento e da Fazenda vão liberar uso de precatório como receita

Por Fábio Pupo | De Brasília

Os ministérios da Fazenda e do Planejamento chegaram a uma solução para usar como receita precatórios (pagamentos feitos por órgãos públicos após sentença judicial) parados em bancos e, assim, ajudar na tarefa de liberar recursos para a máquina pública. Serão publicados pareceres e notas técnicas conjuntas entre as duas pastas para dar aval ao procedimento.

O tema chegou a gerar uma espécie de impasse entre o Planejamento e o Tesouro Nacional. O Ministério havia pedido uma portaria a ser publicada pela secretaria (subordinada ao Ministério da Fazenda) liberando o uso de precatórios como receita primária. O tema foi motivo de uma reunião, um dia antes do anúncio do descontingenciamento (feito na sexta-feira), entre membros do Tesouro, Planejamento e Advocacia Geral da União (AGU). Apesar de ter sido pedida uma portaria do

Tesouro para liberar o uso dessas receitas, a reunião terminou sem o aval.

No dia seguinte, o Ministério do Planejamento anunciou o descontingenciamento de R\$ 12,8 bilhões e atualizou a estimativa de receitas com precatórios de R\$ 10,1 bilhões (previstos em relatório anterior) para R\$ 8,4 bilhões. O Planejamento afirma que a redução ocorreu pela revisão de estimativas feita "pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil dos valores a serem restituídos à União".

Mesmo com a queda no valor estimado, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou que mais precatórios seriam adicionados às estimativas de receita com a devida formalização do processo. "Como se trata de uma medida que implica de R\$ 2 bilhões a R\$ 4 bilhões de estimativa de receita [a mais], é preciso haver toda a formalização e não houve tempo para se concluir até a noite de ontem", afirmou. Ele ainda indicou

que esses montantes serão incluídos nos próximos relatórios. "Isso pode ser concluído nos próximos dias ou semanas e, quando ocorrer, publicaremos", disse.

O uso de precatórios como receita foi incluído pela primeira vez dentre as estimativas de receita em julho, no relatório bimestral de acompanhamento orçamentário. A medida teve como base o artigo 2º da lei 13.463, de 6 de julho de 2017, que cancela os precatórios federais expedidos e cujos valores estejam depositados há mais de dois anos em instituição financeira oficial sem terem sido levantados pelo credor.

A lei deu um forte alívio na previsão orçamentária do governo. A meta do ano - um déficit de R\$ 159 bilhões - já é considerada "ousada e apertada" nas palavras da secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi. Até agora, o governo recolheu cerca de R\$ 2 bilhões em receitas com precatórios. Falta, até dezembro, a contabilização de cerca de R\$ 6 bilhões.

Juros civilizados: um novo consenso?

CRISTIANO ROMERO

A queda em curso da taxa básica de juros (Selic) já deixa lições para os formuladores de política econômica e analistas que acompanham o tema. Muito provavelmente, se não houver surpresas negativas no cenário econômico e político, a Selic, que está em 8,25% ao ano e deve ser reduzida para 7,5% na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), cairá a níveis historicamente baixos nos próximos meses, mantendo-se assim por um bom tempo. Isso dará ao país a chance de começar a acabar com a cultura dos juros altos que, com o Plano Real, tomou o lugar de outra chaga - a da inflação crônica.

A primeira lição é a de que, com inflação alta, não há como reduzir os juros. Este é um aprendizado importante porque, no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff (2011-2014), o Banco Central (BC) decidiu baixar a Selic, mesmo com a inflação corrente subindo e as expectativas dos agentes econômicos se deteriorando. No espaço de pouco

mais de um ano, de agosto de 2011 a outubro de 2012, a Selic foi levada de 12,5% a 7,25% ao ano, o menor patamar pós-Real.

Como aquele movimento era inconsistente e, ademais, irresponsável, a ilusão durou menos de seis meses e os juros voltaram a subir, e isso só não ocorreu antes porque, manietado pela presidente da República, o Copom demorou a reagir. Para se ter ideia da importância do quesito credibilidade na condução da política monetária, mesmo com a economia voando baixo e no momento seguinte entrando em profunda e prolongada recessão, o BC promoveu um ciclo de aperto monetário que foi de abril de 2013 a agosto de 2016. Durou, portanto, mais de três anos, levou a Selic a 14,25% ao ano e não derrotou a inflação.

Regime de metas reduz inflação e juros desde 1999

No regime de metas, que começou a ser implantado em

meados de 1999, a taxa básica de juros passou a ser o principal instrumento de combate à inflação. Mas, assim como a taxa de câmbio, os juros são um preço, isto é, eles são determinados pelos fundamentos da economia. O regime de metas foi lançado juntamente com duas políticas: a do câmbio flutuante e a de geração de superávit primários, necessários para a contenção do crescimento da dívida pública.

Esse tripé foi fundamental para salvar o Plano Real de mais um fracasso do país na batalha para estabilizar os preços. Nos primeiros cinco anos do Real, lançado em julho de 1994, a taxa de juros foi usada para atrair capitais ao país e, assim, manter a taxa de câmbio apreciada, uma forma de expor a economia doméstica à concorrência estrangeira. A estratégia barateou as importações, forçando a queda dos preços internos.

De certa forma, aquele modelo de âncora cambial foi bem-sucedido ao quebrar a lógica da indexação que prevaleceu nos tempos de





inflação descontrolada. O IPCA, o índice oficial de preços, caiu em 1998 ao menor patamar da história - 1,66%. O câmbio quase-fixo, porém, começou a ser questionado em 1997, quando as economias de países asiáticos, que adotavam regimes de câmbio similares ao nosso, foram forçadas a desvalorizar suas moedas para reequilibrar o balanço de pagamentos. A origem do problema era fiscal - os governos estavam exagerando na ganância.

Ficou claro, já em 1997, que o Brasil foi longe demais com o câmbio quase-fixo, instrumento que, embora tenha obtido sucesso na derrubada da inflação, criou uma série de distorções, como a convivência da economia com juros muito altos por um período prolongado de tempo, medida que encareceu sobremaneira o custo de acumulação das reservas cambiais e provocou forte expansão da dívida pública. Em meados de 1998, a Rússia foi levada à breca pelo mesmo movimento de desconfiança que atingira os asiáticos, e o Brasil, na sequência, teve o mesmo destino - o país só não entrou em moratória porque foi socorrido pelo FMI duas vezes em cinco meses.

O tripé adotado em 1999 substituiu a âncora cambial e foi bem-sucedido ao mitigar os efeitos inflacionários da maxidesvalorização sofrida pelo real naquele ano. No regime de metas, a taxa Selic é o

instrumento de combate à carestia, mas ela é resultado de uma combinação de fatores, sendo o principal deles a política fiscal. Se o governo é despoupador, isto é, se acumula déficits constantes no orçamento e por essa razão vai sempre ao mercado pedir dinheiro emprestado para pagar as contas, a tendência dos juros é subir por duas razões: a expansão fiscal aumenta a demanda agregada da economia, obrigando o BC a promover aperto maior de liquidez para segurar os preços; e o crescimento permanente da dívida pública leva os investidores a exigirem prêmios (juros) cada vez mais altos para financiá-la.

Quem se der ao trabalho de olhar as séries históricas do BC constatará que o regime de metas não só desinflationou a economia brasileira desde a sua implantação, como também diminuiu, no mesmo período, os níveis de taxas de juros vigentes por aqui. Virtuosos, os dois processos só foram interrompidos quando crises imprevisíveis - como a do apagão de energia em 2001 e a de desconfiança dos investidores durante a eleição de 2002 - e decisões equivocadas - como a do governo Dilma de abandonar o tripé e implantar a Nova Matriz Econômica, a estratégia adotada para implodir o arcabouço utilizado desde 1999 - tomaram seu lugar. Esta é a prova cabal de que o Copom não eleva os juros para beneficiar os rentistas...

Uma lição óbvia que fica para quem formulou e admira a Nova Matriz é a de que não se reduz a taxa de juros na marra. Até Dilma sabia que, para diminuir a Selic, a inflação precisaria estar sob controle. Ocorre que, para segurar o IPCA, ela ordenou intervenções nos preços administrados (combustíveis, energia etc) que custaram caro ao país - em 2015, quando chegou a hora de corrigir os erros dessas intervenções, os preços administrados subiram 18,1%, empurrando o IPCA naquele ano para 10,7%.

No atual momento, os agentes econômicos estão otimistas com as perspectivas tanto para os juros quanto para a inflação, porque além de se ter uma equipe econômica de reconhecida qualidade e crível, o governo tem aprovado medidas como o teto dos gastos e levado ao Congresso propostas de reforma, como a da Previdência, que vão assegurar inflação e juros baixos no médio e longo prazos.

O nome do jogo é confiança: a situação fiscal é precária e exigirá mudanças difíceis de serem aprovadas pelos políticos, mas os agentes econômicos confiam no caminho escolhido.

Cristiano Romero é editor-executivo e escreve às quartas-feiras

E-mail: cristiano.romero@valor.com.br

Em disputa com governo, Infraero fará 50 licitações em 23 aeroportos

Concessões. Lista de áreas que serão levadas a leilão inclui espaços em terminais que vão ser concedidos à iniciativa privada, como os de Vitória, Recife e Cuiabá; equipe econômica teme que novos contratos afetem o interesse dos investidores nos aeroportos

Lu Aiko Otta / BRASÍLIA

Em rota de choque com as áreas do governo que defendem as concessões de aeroportos para reforçar o caixa, a Infraero abriu 50 licitações, oferecendo 68 áreas de exploração comercial em 23 aeroportos, segundo levantamento realizado pelo "Estado" no site da estatal. Estão na lista, inclusive, espaços em terminais que serão concedidos à iniciativa privada no ano que vem, como Vitória (ES), Recife (PE) e Cuiabá (MT).

Há desde espaços para instalação de máquinas de refrigerantes até uma área de 12,6 mil m² no aeroporto do Recife, que abrigaria um centro educacional. Os prazos variam de 12 meses a 300 meses. O valor global dos contratos supera os R\$ 140 milhões.

A lista inclui, ainda, leilões bem específicos, como o que prevê uma lanchonete de coxinhas

assadas em Vitória. O maior contrato oferecido, de R\$ 34,4 milhões, prevê que o checkin dos aeroportos de Congonhas (SP), Goiânia (GO), Maceió (AL), Recife, Santos Dumont (RJ), Curitiba (PR) e Belém (PA) será entregue a um concessionário, que fará o serviço de forma compartilhada.

Na semana passada, a Infraero já concedeu uma área de 28,5 mil m² no aeroporto de Congonhas para a Leroy Merlin, pelo prazo de 25 anos. A movimentação da estatal causa desconforto no governo, por causa do impacto desses novos contratos no programa de concessões de aeroportos.

A área econômica, por exemplo, se preocupa com o risco de o ágio por Congonhas ficar menor do que poderia. Um potencial investidor já teria enviado um e-mail a técnicos do governo questionando o aluguel do terreno no terminal paulista.

A avaliação nos bastidores é que a Infraero joga contra as novas concessões. A contrariedade da empresa com o processo foi deixada clara em carta enviada pelo presidente, Antônio Claret, ao ministro dos Transportes, Maurício Quintella. A Infraero está

na área de influência do PR, partido do ministro. O ministério não se pronunciou.

A estatal informou que "todos os processos de compra e concessão de área da Infraero, bem como seus critérios, são regidos pela Lei n.º 13.303 (Lei das Estatais), havendo estudos específicos para as destinações respectivas conforme critérios técnicos e de mercado". A nota diz ainda que o projeto Inova Congonhas, que prevê a expansão do terminal com concessão de áreas para exploração comercial, "encontra-se atualmente em fase interna e de revisão de premissas".

Os novos contratos poderão ser um problema a mais para o governo. Com exceção de Congonhas, os demais são aeroportos de menor porte que, além do mais, serão licitados em pacotes com outros terminais deficitários. "Não são concessões fáceis de viabilizar", disse a advogada especialista em concessões Letícia Queiroz, sócia do escritório Queiroz Maluf. "Entendo que a Infraero precisa licitar algumas áreas, mas, no caso dos aeroportos que serão concedidos, pode haver impacto negativo nos lances oferecidos em leilão."

Cemig faz pressão, mas leilão é mantido

Estatual tentou ficar com uma das 4 usinas que serão concedidas hoje, porém governo considerou arriscado atender ao pleito da companhia

BRASÍLIA

Na véspera do leilão de quatro de suas hidrelétricas, a Cemig, com a bancada de Minas Gerais, atuou para convencer o governo federal a retirar pelo menos uma das usinas da disputa. A estatal mineira queria manter o controle da Hidrelétrica de Miranda. O périplo por Brasília feito pelo presidente da Cemig, Bernardo Alvarenga, passou pelo Supremo Tribunal Federal (STF), cruzou a Advocacia-Geral da União (AGU) e adentrou o Palácio do Planalto, mas não teve êxito. O leilão está mantido com as quatro usinas.

A informação só foi oficialmente confirmada na noite de ontem, pelo Programa de Parceria em Investimentos (PPI), da Secretaria-Geral da Presidência. O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, também afirmou que o leilão das quatro usinas vai ocorrer hoje na B3, a Bolsa paulista.

A menos de 15 horas do leilão, auxiliares do presidente Michel Temer chegaram a afirmar que o Planalto estava disposto a atender ao pedido da Cemig. Retirar a usina do leilão poderia ser um péssimo sinal para o mercado e os investidores, mas seria um ótimo aceno à base parlamentar mineira,

durante a votação da denúncia contra Temer no Congresso pelos crimes de formação de quadrilha e obstrução à Justiça. Ao fim, porém, concluiu-se que a proposta poderia trazer mais dores de cabeça do que benefícios.

O governo conta com a receita de pelo menos R\$ 11 bilhões com a oferta das Hidrelétricas de Jaguará, São Simão, Miranda e Volta Grande. O dinheiro é visto como indispensável pelo Ministério da Fazenda para aliviar a pressão sobre as contas públicas. Fora isso, mexer no edital significaria entrar em um vespeiro jurídico. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) teria de ter um "comando legal" para suspender um dos lotes. Isso já aconteceu em leilões de transmissão, quando um lote estava com problema ambiental ou fundiário, por exemplo. Essas justificativas, no entanto, são técnicas, o que não é o caso de Miranda.

Pesou ainda o fato de encontrar alguém no governo disposto a assinar uma decisão que concordasse em vender para a Cemig uma usina com preço mínimo, em vez de oferecê-la ao mercado, com a possibilidade de conseguir um bom ágio sobre essa oferta. Seria um prato cheio para os auditores do Tribunal de Contas da União (TCU).

Pelo edital, Miranda é a usina mais barata do pacote, com preço

mínimo de R\$ 1,1 bilhão. São Simão é a hidrelétrica com maior valor (R\$ 6,7 bilhões), seguida por Jaguará (R\$ 1,9 bilhão) e Volta Grande (R\$ 1,2 bilhão). Atolada em dívidas pelos próximos anos, a Cemig tentava ficar pelo menos com a menor delas. Sem essas usinas, a estatal pode ver seu parque de geração de energia encolher 36% de um dia para o outro. Durante o dia, as ações da Cemig oscilaram conforme os humores do mercado, mas terminaram com queda de 2,31%.

Périplo. Um dos principais articuladores da proposta da Cemig, o deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG) estava certo de que o governo atenderia ao pleito da estatal, mas admitia que, caso o acordo avançasse, seria preciso adiar o leilão. Acionada pelos mineiros, a Advocacia-Geral da União recebeu o pedido de retirar Miranda do leilão, mas deixou claro que não faria nenhum tipo de intervenção que pudesse adiar a oferta das usinas.

Os contratos das quatro hidrelétricas requeridas pela Cemig venceram nos últimos anos e, por isso, agora serão relicitados para novos donos. A estatal, no entanto, afirmava que tinha direito à renovação automática dessas concessões e, por causa disso, entrou em uma disputa judicial com o governo. ANDRÉ BORGES, ANNE WARTH, EDUARDO RODRIGUES, LUIKO OTTA E CARLAARAÚJO

Direito a veto na Eletrobrás divide ministérios

Equipe econômica quer acabar com golden share na privatização; ministro de Minas e Energia quer manter

Eduardo Rodrigues /
BRASÍLIA

Em fase final para a definição da modelagem para a privatização da Eletrobrás, o Ministério de Minas e Energia ainda está em desacordo com a equipe econômica sobre a manutenção pela União de uma "golden share", um tipo de ação especial com poder de veto nas decisões estratégicas da companhia.

Ontem, em audiências públicas no Senado e na Câmara dos Deputados, o ministro Fernando Coelho Filho defendeu que essa prerrogativa continue com o governo após a privatização e disse que o detalhamento para o processo de saída da União do controle da empresa será entregue ao presidente Michel Temer nos próximos dias. "Defendemos a

manutenção de uma golden share no caso da Eletrobrás, e algum tipo de prioridade para os funcionários da empresa na compra das novas ações", reafirmou o ministro.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, no entanto, seria contra essa ação especial e chegou a consultar o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a possibilidade de se desfazer das golden shares que o Estado ainda tem, por exemplo, na Vale e a na Embraer. "O ministro Meirelles tem essa preocupação de que a golden share possa reduzir a atratividade para os investidores, mas acredito que no caso da Eletrobrás esse instrumento se justifica", acrescentou Coelho Filho.

Diluição. Anunciada em 25 de agosto, a privatização da estatal deve ocorrer pela diluição do capital do governo na empresa, após uma grande emissão de novas ações a ser realizada no primeiro

semestre de 2018. Como essa emissão primária não será acompanhada pela União, a fatia de capital estatal na companhia ficará menor.

"Trabalhamos para que União não tenha que se desfazer de ações na Eletrobrás. A União venderá ações apenas se, após aumento de capital, ainda permanecer no controle da empresa", acrescentou.

Coelho Filho garantiu ainda que a modelagem preparada pelo governo evitará que o controle da empresa passe para as mãos de um grupo estrangeiro. "Não temos nada contra o investimento estrangeiro, pelo contrário, o consideramos muito bem-vindo. Mas, da forma como será feita, a privatização evitará controle da empresa por estrangeiros", prometeu. Ele repetiu que o governo espera que, com a privatização, as tarifas de eletricidade possam ficar mais baratas no médio prazo.

Leilão de óleo e gás pode levantar R\$ 1 bi

Estimativa do governo com a rodada de licitações marcada para hoje é considerada conservadora; 32 empresas devem participar da concorrência

Denise Luna
Fernanda Nunes / RIO

O governo aposta que vai engordar o caixa da União em até R\$ 1 bilhão com o leilão de áreas para explorar e produzir petróleo e gás natural na bacia sedimentar brasileira, marcado para hoje a partir das 9h, no Rio. A estimativa mais otimista é do Ministério de Minas e Energia. Já a Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), responsável pela realização da concorrência, acredita que apenas de 20% a 30% das áreas oferecidas serão vendidas, em linha com os resultados de leilões passados, e que a arrecadação não vai ultrapassar R\$ 500 milhões.

Para levar uma área, as petroleiras têm de apresentar a melhor oferta de bônus de assinatura, um pedágio pago à União pelo direito de explorar e produzir petróleo e gás nas bacias brasileiras. Quanto maior o bônus de assinatura, melhor a oferta e maior a chance de levar cada um dos 287 blocos que serão disputados pelas 32 empresas inscritas para participar da concorrência.

"O objetivo do leilão não é arrecadatário, de curto prazo. O bônus de assinatura é parte do que o Estado recebe pelo direito de exploração. O que nos interessa é a retomada da atividade, a atração de investimento. Estamos na expectativa de que o leilão seja exitoso, porque vamos atrair um conjunto de empresas importantes", avaliou o diretor-geral da ANP, Décio Oddone em entrevista exclusiva ao Estadão/Broadcast.

Qualquer uma das apostas – de arrecadação de R\$ 500 milhões ou R\$ 1 bilhão – é conservadora. Nas bacias de Campos, Espírito Santo, Santos e Sergipe- Alagoas, onde estão os blocos mais promissores, a soma dos bônus mínimos é de R\$ 1,61 bilhão. Apenas para a área considerada o filé mignon da rodada, no pré-sal da Bacia de Campos, a SC-AP3, o bônus é de R\$ 109,5 milhões. Ainda são ofertados blocos nas bacias do Paraná, Paraíba, Pelotas (RS), Potiguar (RN) e Recôncavo (BA), com foco, principalmente, nas petroleiras de pequeno e médio portes.

Nova fronteira. A "zebra" do leilão é a Bacia de Pelotas, considerada de nova fronteira, por conta do pouco conhecimento geológico reunido sobre a área e pela inexperiência do Rio Grande

do Sul na atividade, o que pode dificultar o licenciamento ambiental, segundo fontes do mercado.

Oddone, no entanto, nega a tese e afirma que, no caso da francesa Total, que está com dificuldade de explorar na Bacia do Foz do Amazonas, também de nova fronteira, o problema está no estudo de impacto ambiental (EIA).

"Não há nenhuma restrição para operar na Foz do Amazonas e Pelotas, porque todas as áreas que a gente licita são previamente acordadas com o Ibama. Uma vez oferecidas, não tem por que o licenciamento ambiental não sair se o trabalho de impacto ambiental não for bem feito", avaliou o diretor-geral da ANP. Ele ressalta que o Ibama está pedindo mais dados à Total porque considera que a empresa deve melhorar o EIA apresentado.

Oddone acredita ainda que, com a 14ª Rodada de Licitações, o governo dá continuidade "à maior abertura da história" do setor no Brasil, processo iniciado em 1997, quando a Petrobrás perdeu o monopólio. Em sua opinião, o governo petista "fazia uma abertura envergonhada", enquanto, com Temer, há "um processo consciente de atração de investimento".

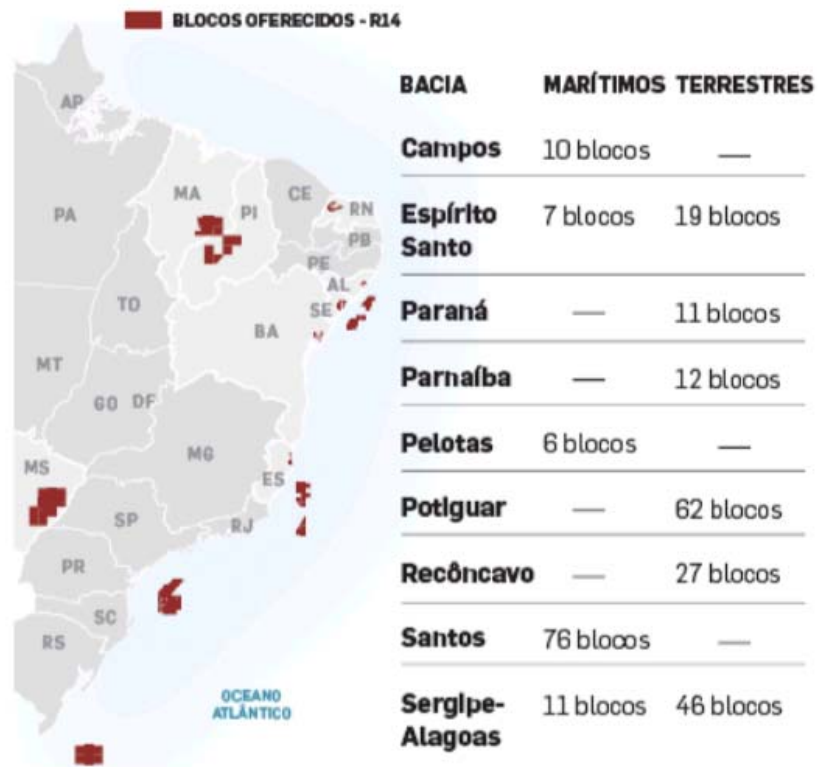




A ANP anunciou ontem a habilitação de dez empresas para a 2ª Rodada do Pré-sal e 15, para a 3ª Rodada, que acontecerão em outubro. Segundo o secretário de Petróleo e Gás do MME, Márcio Felix, outras cinco petroleiras ainda devem ser inscritas.

CONCORRÊNCIA

● Leilão vai oferecer 287 blocos de petróleo e gás em 9 bacias
Áreas oferecidas na 14ª Rodada



FONTE: ANP

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Parente diz que Petrobrás vai refazer portfólio no leilão

A Petrobrás vai participar da 14ª Rodada de Licitações, hoje, para refazer o seu portfólio, como afirmou o presidente da companhia, Pedro Parente, em carta distribuída aos funcionários, chamados de "caros colegas" pelo executivo. "Para a nossa empresa, é o momento de atuar estrategicamente", disse. Parente reconhece que a dívida da estatal ainda é alta, mas alega que o dinheiro para a licitação está assegurado no plano de investimento e afirma que a intenção é revisar prioridades. "A Petrobrás faz o que chamamos de gerência ativa de portfólio. Isso quer dizer que buscamos acesso a áreas onde as combinações entre o risco e o retorno são as melhores possíveis", afirmou, complementando que, acima de tudo, os projetos têm que ser economicamente viáveis.

Ao fim da carta, assinada unicamente por "Pedro", como o presidente da Petrobrás costuma fazer em seus comunicados internos, Parente conclui com um "PS", no qual convoca os funcionários a escolher um novo nome para o projeto de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos: Tainha, Arraia Manta ou Mero. Um desses poderá batizar o maior projeto em andamento pela estatal.